

Adriano Alves-Marreiros
Guilherme Rocha
Ricardo Freitas

Direito Penal Militar

*Teoria Crítica
& Prática*

Prefácio | GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE



SÃO PAULO

A EDITORA MÉTODO se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2015 by

EDITORA MÉTODO LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Dona Brígida, 701, Vila Mariana – 04111-081 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770 – Fax: (11) 5080-0714

metodo@grupogen.com.br | www.editorametodo.com.br

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

Capa: Rodrigo Lippi

CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

A477d

Alves-Marreiros, Adriano

Direito penal militar / Adriano Alves-Marreiros, Guilherme Rocha, Ricardo Freitas. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2015.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-5743-8

1. Brasil. [Código penal militar (1969)]. 2. Direito militar - Brasil. 3. Justiça militar - Brasil.
I. Título.

14-12770

CDU: 344.3(81)

SUMÁRIO

PARTE GERAL

TÍTULO I

Fundamentos do direito penal militar

Ricardo Freitas

CAPÍTULO I – Legitimidade, conceito, natureza, método e fins do direito penal militar	3
1. Legitimidade do direito penal militar	3
2. Conceito de direito penal militar	4
2.1 Direito penal substantivo e direito penal adjetivo	5
2.2 Direito penal militar subjetivo	6
2.3 O direito penal militar objetivo	9
2.4 A ciência do direito penal militar	11
2.4.1 Política criminal	13
2.4.2 Criminologia	13
2.4.3 Direito internacional	14
2.4.4 Filosofia do direito	14
2.4.5 Sociologia do direito	15
2.4.6 Teoria geral do direito	15
2.4.7 História do direito penal	15
2.4.8 Direito comparado	16
2.4.9 Ciências auxiliares	16
2.4.9.1 Medicina legal	16
2.4.9.2 Psicologia judiciária	17
2.4.9.3 Política científica	17
2.4.9.4 Estatística criminal	17
3. Natureza do direito penal militar	17
3.1 Direito penal militar como direito público	17
3.2 Direito penal militar como direito especial	19

4. Método do direito penal militar	23
4.1 A interpretação da norma penal militar	23
4.2 A sistematização do direito penal militar	29
4.3 A crítica jurídica do direito penal militar	30
5. A finalidade do direito penal militar	30
CAPÍTULO II – O direito penal militar e o direito disciplinar militar	35
CAPÍTULO III – Genealogia do direito penal militar brasileiro	39
CAPÍTULO IV – Direito penal militar e Estado de Direito	40
1. Conceito de Estado de Direito	40
2. Princípios limitadores do direito penal militar	41
2.1 Princípio da dignidade da pessoa humana	43
2.2 Princípio da igualdade diante da lei	44
2.3 Princípio humanitário	45
2.4 Princípio da individualização da pena	46
2.5 Princípio da personalidade ou da intransmissibilidade	46
2.6 Princípio da culpabilidade	47
2.7 Princípio da intervenção mínima ou da subsidiariedade	49
2.8 Princípio da fragmentariedade	50
2.9 Princípio da proporcionalidade	51
2.10 Princípio da proibição da dupla incriminação pelo mesmo fato	51
2.11 Princípio da lesividade ou da ofensividade	53
2.12 Princípio da legalidade	53

TÍTULO II

Conceito e definição doutrinária e legal de crime militar

Adriano Alves-Marreiros

CAPÍTULO I – Crimes militares definidos em lei	55
1. Sobre classificação das infrações penais: crime comum, crime eleitoral, crime militar e crime de responsabilidade	55
2. Generalidades sobre crimes militares em tempo de paz	58
2.1 Do critério <i>ratione legis</i> adotado na Constituição e no Código Penal Militar para definição de crime militar e sobre o princípio da fundamentação das decisões judiciais como exigência constitucional para afastar a incidência de lei	58
2.2 Breve comentário sobre os critérios consagrados na doutrina para definir um crime como militar	61

2.3	Sobre a diferenciação entre transgressão ou contravenção disciplinar e crime militar	65
2.4	Sobre competência da justiça comum (não militar) para processar e julgar crimes militares e aplicar o Código Penal Militar	68
3.	Sobre a questão da Lei 9.099: análise de sua influência na definição de crime militar	70
4.	Sobre a lamentável e equivocada influência de decisões de cortes internacionais nos conceitos adotados por tribunais brasileiros	74
5.	Sobre a relevância da culpa e do dolo na caracterização de crime militar	77
6.	A pouco conhecida influência da Lei Complementar 97, modificada pelas Leis Complementares 117 e 136 na definição de crime militar	83
CAPÍTULO II – Sobre o artigo 9.º do CPM e os casos de crimes militares em tempo de paz		87
1.	Quando uma conduta será considerada crime militar nos termos da lei: generalidades	87
CAPÍTULO III – O inciso I do artigo 9.º do Código Penal Militar		89
1.	Sobre a importância da distinção entre crimes própria e impropriamente militares	89
1.1	A teoria do cubo impossível: sobre a essência do inciso I do artigo 9.º e as controvertidas definições de crime propriamente militar, militar próprio, essencialmente militar, puramente militar, impropriamente militar, militar impróprio, acidentalmente militar ou de quando a taxonomia é mais necessária	90
1.2	Os civis e os crimes próprios militares. O artigo 53, § 1.º, do CPM	97
CAPÍTULO IV – Sobre o <i>caput</i> do inciso II do artigo 9.º		99
1.	Estrangeiros em comissão ou estágio nas Forças Armadas	99
2.	Militar da reserva ou reformado empregado na Administração Militar ...	100
CAPÍTULO V – Sobre a alínea <i>a</i> do inciso II do artigo 9.º do CPM		101
1.	Generalidades	101
2.	Militar contra militar, ambos da ativa	102
3.	Sobre a figura do assemelhado no Código Penal Militar	104
4.	Sobre a existência de crime militar quando cometido por militar estadual (ou distrital) contra militar federal e vice-versa, de acordo com a Constituição	105
5.	Sobre a existência de crime militar quando praticado por um cônjuge contra o outro, sendo ambos militares. Discussão sobre família, proteção da mulher e Lei Maria da Penha	109
5.1	Sobre a recente decisão do Supremo Tribunal Federal acerca da Lei Maria da Penha	115

CAPÍTULO VI – Sobre a alínea <i>b</i> do inciso II do artigo 9.º do CPM.....	117
1. Generalidades	117
2. Sobre o conceito de civil para os fins do artigo 9.º do CPM	118
3. Sobre o conceito de em lugar sujeito à administração militar para os fins do artigo 9º do CPM	118
CAPÍTULO VII – Sobre a alínea <i>c</i> do inciso II do artigo 9.º do CPM.....	119
1. Generalidades	119
2. Dissecção da alínea <i>c</i> do inciso II do artigo 9.º do CPM.....	120
CAPÍTULO VIII – Sobre a alínea <i>d</i> do inciso II do artigo 9.º do CPM	122
1. Generalidades	122
2. Dissecção da alínea <i>d</i> do inciso II do artigo 9.º do CPM	123
3. Sobre a Força Nacional de Segurança Pública.....	124
CAPÍTULO IX – Sobre a alínea <i>e</i> do inciso II do artigo 9.º do CPM	124
1. Generalidades	124
2. Dissecção da alínea <i>e</i> do inciso II do artigo 9.º do CPM.....	125
CAPÍTULO X – Sobre o <i>caput</i> do inciso III do artigo 9.º do CPM e sua alínea <i>a</i>	126
1. Generalidades	126
2. Dissecção da alínea <i>a</i> do inciso III do artigo 9.º do CPM.....	127
2.1 Ainda sobre a alínea <i>a</i> do inciso III do artigo 9.º do CPM	129
CAPÍTULO XI – Sobre a alínea <i>b</i> do inciso III do artigo 9.º do CPM	131
1. Generalidades	131
2. Dissecção da alínea <i>b</i> do inciso III do artigo 9.º do CPM.....	131
CAPÍTULO XII – Sobre a alínea <i>c</i> do inciso III do artigo 9.º do CPM	133
1. Generalidades	133
2. Dissecção da alínea <i>c</i> do inciso III do artigo 9.º do CPM	134
CAPÍTULO XIII – Sobre a alínea <i>d</i> do inciso III do artigo 9.º do CPM	136
1. Generalidades	136
2. Dissecção da alínea <i>d</i> do inciso III do artigo 9.º do CPM.....	136
CAPÍTULO XIV – Sobre o parágrafo único do artigo 9.º.....	139
1. O inovador parágrafo único.....	139
2. Sobre a constitucionalidade	140
3. Lei Complementar 97 (modificada pela Lei Complementar 136) e o impacto da Lei 12.432/2011.....	148

CAPÍTULO XV – Crimes militares em tempo de guerra: sobre o artigo 10 do CPM	155
1. Generalidades	155
2. Lei excepcional ou temporária?	156
3. Tempo de guerra?	157
4. Dissecção do inciso I do artigo 10 do CPM	161
5. Dissecção do inciso II do artigo 10 do CPM	162
6. Dissecção do inciso III do artigo 10 do CPM e suas alíneas	162
6.1 O <i>caput</i> do inciso III	163
6.2 Alínea <i>a</i> do inciso III	163
6.3 Alínea <i>b</i> do inciso III	164
6.4 O inciso IV	164
7. Crime praticado em presença do inimigo	165
8. Crime em prejuízo de país aliado	166
9. Conceito de brasileiro e de nacional	167

Título III

Aplicação da lei penal militar

Guilherme Rocha

CAPÍTULO I – Lei penal militar no tempo	169
1. Princípio da legalidade	169
2. Início e fim da eficácia temporal da lei penal militar	176
2.1 Princípios que regem a lei penal militar no tempo	186
2.2 Hipóteses de conflitos temporais entre leis penais militares	188
2.2.1 <i>Abolitio criminis</i> (Código Penal Militar, art. 2.º, <i>caput</i>)	189
2.2.2 <i>Novatio legis</i> incriminadora (Código Penal Militar, art. 1.º, <i>a contrario sensu</i>)	195
2.2.3 <i>Novatio legis in pejus</i> (Código Penal Militar, art. 2.º, §§ 1.º e 2.º, <i>a contrario sensu</i>)	198
2.2.4 <i>Novatio legis in mellius</i> (Código Penal Militar, art. 2.º, §§ 1.º e 2.º)	206
2.3 Lei penal militar mais benigna	212
2.3.1 Apuração da maior benignidade da lei penal militar	212
2.4 Lei penal militar intermediária	219
2.5 Combinação de leis penais militares	221
2.5.1 Generalidades	221
2.5.2 Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça	221

2.5.3	Nossa posição	224
2.6	Eficácia temporal das leis penais militares temporárias e excepcionais.....	227
2.6.1	Generalidades	227
2.6.2	Ultra-atividade das leis temporárias e excepcionais	228
2.7	Eficácia temporal das normas penais militares em branco.....	235
2.7.1	Generalidades.....	235
2.7.2	A estrutura lógica da norma penal em branco.....	236
2.7.3	Classificação.....	239
2.7.3.1	Normas penais em branco em sentido lato.....	239
2.7.3.2	Normas penais em branco em sentido estrito	240
2.7.4	A problemática da intertemporalidade dos complementos ...	240
2.7.5	Solução para a intertemporalidade dos complementos	242
2.7.5.1	Retroatividade e irretroatividade de complemento legal.....	243
2.7.5.2	Retroatividade e irretroatividade de complemento infralegal	245
2.7.6	Conclusões	247
2.7.6.1	Ambos os complementos são legais.....	248
2.7.6.2	Ambos os complementos são infralegais	248
2.7.6.3	O antigo complemento era infralegal, e o novo é legal ...	248
2.7.6.4	O antigo complemento era legal, e o novo é infralegal ...	249
2.7.7	Jurisprudência	249
2.8	Eficácia temporal das medidas de segurança.....	250
2.9	Tempo do crime militar	255
2.9.1	Generalidades.....	255
2.9.2	Tempo do crime militar (<i>tempus commissi delicti</i>)	259
2.9.2.1	Noções preliminares.....	259
2.9.2.2	Teoria da atividade ou da conduta	261
2.9.2.3	Teoria do resultado, do evento ou do efeito	262
2.9.2.4	Teoria mista ou eclética	264
2.9.2.5	Teorias adotadas pelo Código Penal Militar	266
2.9.2.5.1	Regra: teoria da conduta (Código Penal Militar, art. 5.º)	266
2.9.2.6	Crimes omissivos impróprios (Código Penal Militar, art. 29, § 2.º)	269

2.9.2.7. Crimes permanentes, crimes instantâneos eventualmente permanentes e crimes instantâneos de efeitos permanentes.....	270
2.9.2.8 Crimes habituais	276
2.9.2.9 Concurso de crimes.....	278
2.9.2.9.1 Concurso material (Código Penal Militar, art. 79).....	279
2.9.2.9.2 Concurso formal (Código Penal Militar, art. 79).....	282
2.9.2.9.3 Crime continuado (Código Penal Militar, art. 80).....	284
2.9.2.10 Exceção: teoria do resultado (Código Penal Militar, art. 125, § 2.º)	285
CAPÍTULO II – Lei penal militar no espaço	287
1. Generalidades	287
1.1 Noções preliminares	287
1.2 Princípios que regem a lei penal militar no espaço.....	290
2. Princípio da territorialidade da lei penal militar brasileira	291
2.1 Generalidades.....	291
2.2 Aplicação do princípio da territorialidade	292
2.2.1 Território material.....	294
2.2.1.1 Solo ou leito	294
2.2.1.2 Subsolo	294
2.2.1.3 Rios	294
2.2.1.4 Lagos, lagoas, golfos, baías e portos	295
2.2.1.5 Mar territorial	296
2.2.1.6 Plataforma submarina ou continental	297
2.2.1.7 Espaço aéreo.....	298
2.2.1.8 Espaços não abrangidos pelo território material	299
2.2.1.8.1 Zona contígua	300
2.2.1.8.2 Zona econômica exclusiva	301
2.2.1.8.3 Alto-mar	303
2.2.1.8.4 Espaço aéreo sobrejacente à zona contígua, à zona econômica exclusiva e ao alto-mar	304
2.2.2 Território por extensão.....	304
2.2.2.1 Navios e aeronaves brasileiros	307
2.2.2.2 Navios e aeronaves estrangeiros	309

3.	Princípio da extraterritorialidade da lei penal militar brasileira.....	310
3.1	Generalidades.....	310
3.2	Princípios que regem a extraterritorialidade da lei penal de um país.....	312
3.3	Extraterritorialidades incondicionada e condicionada.....	315
3.4	Extraterritorialidade da lei penal militar brasileira.....	318
3.4.1	Generalidades	318
3.5	Crimes praticados em prejuízo de país aliado	325
3.6	Extraterritorialidade das transgressões disciplinares militares.....	329
4.	Lugar do crime militar (<i>locus commissi delicti</i>)	330
4.1	Generalidades.....	330
4.2	Teorias do lugar do crime	334
4.3	Aplicação do art. 6.º do Código Penal Militar	341
4.4	Conflito de jurisdições	347
5.	Pena cumprida no estrangeiro.....	349
5.1	Generalidades.....	349
5.2	Os arts. 67 e 81, § 2.º, do Código Penal Militar	352
5.3	Art. 8.º do Código Penal Militar <i>versus</i> art. 8.º do Código Penal Comum	353
6.	Eficácia de sentença penal estrangeira.....	355
6.1	Generalidades.....	355
6.2	Eficácia incondicional da sentença penal estrangeira.....	357
6.3	Eficácia condicional da sentença penal estrangeira	357
•	CAPÍTULO III – Lei penal militar nas prerrogativas de função	362
1.	Generalidades	362
1.1	Apresentação do tema	362
1.1.1	Conceito de agentes políticos	362
1.1.2	Distinção entre “prerrogativas de função” e “prerrogativas de foro”	369
1.2	Infrações penais comuns, crimes militares, crimes eleitorais e crimes de responsabilidade	371
2.	Imunidades diplomáticas, parlamentares e judiciárias	371
2.1	Generalidades.....	371
2.2	Classificação	372
2.2.1	Imunidades diplomáticas	372
2.2.2	Imunidades parlamentares.....	377
2.2.2.1	Imunidade parlamentar material	377

2.2.2.1.1	Congressistas	377
2.2.2.1.2	Deputados estaduais e deputados distri- tais	385
2.2.2.1.3	Vereadores.....	388
2.2.2.1.4	Conclusões	389
2.2.2.2	Imunidade parlamentar formal	391
2.2.3	Imunidades judiciárias	391
2.2.3.1	Conceito, natureza jurídica e pessoas abrangidas	391
2.2.3.2	Crimes abrangidos.....	394
2.2.3.3	Situações abrangidas	398
2.2.3.4	Prisão do advogado e representante da OAB.....	400
3.	Oficiais Gerais.....	402
3.1	Comandantes das forças armadas e ministros do Superior Tribunal Militar	402
3.2	Demais Oficiais Gerais.....	403
4.	Autoridades militares estaduais.....	406
4.1	Generalidades.....	406
4.2	Militares estaduais	408
	CAPÍTULO IV – Disposições finais sobre a aplicação da Lei Penal Militar.....	410
1.	Contagem de prazo	410
1.1	Generalidades.....	410
1.2	Prazos em matéria penal.....	410
1.3	Prazos penais e prazos processuais penais.....	412
2.	Frações não computáveis das penas.....	415
3.	Legislação especial.....	419
3.1	Análise do art. 12 do Código Penal Comum	419
3.2	Análise do art. 17 do Código Penal Militar.....	424
4.	Infrações disciplinares	427
4.1	Ilícitos e sanções penais militares <i>versus</i> transgressões disciplinares e punições disciplinares: uma abordagem crítica	429
4.1.1	Natureza e finalidade do direito penal militar e do direito disciplinar militar	429
4.1.2	O problema da (in)efetividade sancionatória.....	431
4.1.3	<i>Habeas corpus</i> contra punições disciplinares militares	437
5.	Equiparação a comandante	440
6.	Conceito de superior	443
7.	Nacionais e estrangeiros	449
8.	Prevalência do Código Penal Militar	452

TÍTULO IV

Teoria geral do crime e ação penal militar*Guilherme Rocha*

CAPÍTULO I – Fato típico militar.....	467
Seção I – Generalidades.....	467
1. A estrutura jurídica do crime militar.....	467
2. Fato típico militar.....	468
3. Tipo penal militar.....	468
3.1 Elementos/elementares do tipo penal militar.....	469
3.1.1 Elementares objetivas/descritivas.....	469
3.1.2 Elementares subjetivas.....	470
3.1.3 Elementares normativas.....	471
3.2 Atipicidade/atipia penal militar.....	471
3.2.1 Atipicidade/atipia absoluta.....	471
3.2.2 Atipicidade/atipia relativa.....	471
3.3 Adequação típica.....	472
3.3.1 Adequação típica de subordinação imediata.....	472
3.3.2 Adequação típica de subordinação mediata.....	473
Seção II – Fato Típico Doloso.....	474
1. Conduta.....	474
1.1 Generalidades.....	474
1.2 Tipo penal doloso.....	478
1.2.1 Dolo direto.....	481
1.2.2 Dolo eventual.....	481
1.2.2.1 Generalidades.....	481
1.2.2.2 Teoria da cegueira deliberada (<i>willful blindness doctrine</i>).....	483
1.3. Espécies de conduta.....	486
1.3.1. Conduta comissiva (ação).....	486
1.3.2 Conduta omissiva (omissão).....	486
1.3.2.1 Omissão pura ou própria.....	487
1.3.2.2 Omissão impura ou imprópria (comissão por omis- são).....	488
1.4. Causas de exclusão da conduta.....	489
1.4.1 Atos ou movimentos reflexos.....	489
1.4.2 Sonambulismo e hipnotismo.....	490

1.4.3	Outros atos inconscientes	491
1.4.4	Coação física ou material irresistível (vis absoluta).....	491
1.4.5	Caso fortuito e força maior	493
2.	Resultado	493
2.1	Teoria naturalista/naturalística	494
2.2	Teoria normativa/jurídica	496
3.	Nexo causal.....	498
3.1	Causas absolutamente independentes.....	501
3.2	Causas relativamente independentes	501
3.3	Nexo causal nos crimes militares omissivos impróprios	502
4.	Tipicidade.....	505
4.1	Teoria da <i>ratio cognoscendi</i>	506
4.2	Causas de exclusão da tipicidade	507
	Seção III – Fato típico culposo	507
1.	Tipo penal culposo.....	507
1.1	Culpa inconsciente.....	510
1.2	Culpa consciente	511
1.3	Compensação e concorrência de culpas	512
2.	Conduta violadora do dever de cuidado objetivo	512
3.	Resultado involuntário	513
4.	Nexo causal.....	514
5.	Previsibilidade.....	514
6.	Tipicidade.....	515
	CAPÍTULO II – Antijuridicidade.....	516
	Seção I – Generalidades.....	516
	Seção II – Causas de exclusão da antijuridicidade no direito penal comum	517
	Seção III – Causas de exclusão da antijuridicidade no direito penal militar.....	518
1.	Generalidades	518
2.	Estado de necessidade justificante (Código Penal Militar, arts. 42, I, e 43)...	520
3.	Estado de necessidade coativo (Código Penal Militar, art. 42, parágrafo único)	528
3.1	Conceito e requisitos	528
3.2	Diferença com a coação moral irresistível e com a obediência hierárquica.....	533

3.3	Diferença com o estrito cumprimento do dever legal	533
4.	Legítima defesa (Código Penal Militar, arts. 42, II, e 44)	535
5.	Estrito cumprimento de dever legal (Código Penal Militar, art. 42, III)....	543
5.1	Generalidades.....	543
5.2	Estrito cumprimento do dever legal e obediência hierárquica.....	544
6.	Exercício regular de direito (Código Penal Militar, art. 42, IV)	547
6.1	Generalidades.....	547
6.2	Exercício regular de direito consuetudinário castrense.....	552
6.3	<i>Offendiculos</i>	555
6.3.1	Generalidades	555
6.3.2	Exercício regular de direito ou legítima defesa?.....	556
6.3.3	Excesso nos <i>offendiculos</i>	558
7.	Causas supraleais/extraleais.....	558
7.1	Consentimento do ofendido.....	558
7.2	Ações praticadas por agentes militares infiltrados em organizações criminosas (art. 13, <i>caput</i> , da Lei 12.850/2013)	561
7.2.1	Generalidades.....	561
7.2.2	Ações praticadas por agentes militares infiltrados em organizações criminosas sob excludente de antijuridicidade (art. 13, <i>caput</i> , da Lei 12.850/2013)	567
	Seção IV – Excesso no direito penal militar	570
1.	Generalidades	570
2.	Excesso doloso (Código Penal Militar, art. 46)	571
3.	Excesso culposo (Código Penal Militar, art. 45, <i>caput</i>).....	574
4.	Excesso acidental (Código Penal Militar, art. 34, <i>a contrario sensu</i>)	574
5.	Excesso escusável (Código Penal Militar, art. 45, parágrafo único)	575
	CAPÍTULO III – Culpabilidade militar.....	578
	Seção I – Generalidades.....	578
1.	Concepções do vocábulo “culpabilidade” na dogmática penal	578
2.	Conceito, evolução, posição e elementos da culpabilidade no direito penal comum	579
3.	Culpabilidade no direito penal militar	583
3.1	Generalidades.....	583
3.2	Consciência potencial da ilicitude nos delitos militares.....	584

Seção II – Causas de exclusão da culpabilidade	587
1. Causas de exclusão da culpabilidade no direito penal comum	587
1.1 Inimputabilidade.....	588
1.2 Erro de proibição escusável/invincível/inevitável.....	589
1.3 Inexigibilidade de conduta diversa.....	590
1.3.1 Coação moral irresistível (<i>vis compulsiva</i>).....	591
1.3.2 Obediência hierárquica	591
1.3.3 Ações praticadas por agente infiltrado em organizações criminosas (art. 13 da Lei 12.850/2013).....	594
1.3.3.1 Excludente de antijuridicidade (art. 13, <i>caput</i> , da Lei 12.850/2013).....	598
1.3.3.2 Excludente de culpabilidade (art. 13, parágrafo único, da Lei 12.850/2013)	600
1.4 Causas supralegais/extralegais	602
2. Causas de exclusão da culpabilidade no direito penal militar.....	603
2.1 Inimputabilidade (arts. 48 a 52 do CPM).....	605
2.1.1 Semi-imputabilidade	616
2.1.2 Emoção e paixão	621
2.2 Erro de fato permissivo (art. 36 do Código Penal Militar).....	624
2.3 Inexigibilidade de conduta diversa	624
2.3.1 Coação moral irresistível (art. 38, <i>a</i> , e § 1.º, do Código Penal Militar).....	624
2.3.2 Obediência hierárquica (art. 38, <i>b</i> , e §§ 1.º e 2.º, do Código Penal Militar)	629
2.3.3 Estado de necessidade exculpante (art. 39 do Código Penal Militar).....	630
2.3.4 Excesso escusável (art. 45, parágrafo único, do Código Penal Militar).....	641
2.4 Causas supralegais/extralegais	643
2.4.1 Erro de proibição escusável/inevitável/invincível (art. 21 do CP)	643
2.4.2 Ações praticadas por agente infiltrado em organizações criminosas (art. 13 da Lei 12.850/2013).....	644
2.4.3 Outras causas supralegais/extralegais.....	646
CAPÍTULO IV – Erro jurídico penal militar	647
Seção I – Generalidades.....	647
1. Conceito de erro	647
2. Crítica ao erro de fato e ao erro de direito	647

Seção II – Erro no direito penal comum	650
1. Erro de tipo (Código Penal, art. 20, <i>caput</i> , e §§ 2.º e 3.º, 73 e 74).....	650
1.1 Erro de tipo essencial (Código Penal, art. 20, <i>caput</i>)	651
1.1.1 Erro de tipo essencial escusável.....	653
1.1.2 Erro de tipo essencial inescusável	654
1.2 Erro de tipo accidental (Código Penal, arts. 20, § 3.º, 73 e 74).....	656
1.2.1 Erro sobre a pessoa (Código Penal, art. 20, § 3.º).....	656
1.2.2 <i>Aberratio ictus</i> (Código Penal, art. 73)	657
1.2.3 <i>Aberratio criminis/delicti</i> (Código Penal, art. 74).....	658
1.2.4 <i>Error in objecto</i>	659
1.2.5 <i>Aberratio causae</i>	660
2. Erro de proibição (Código Penal, art. 21)	660
2.1 Erro de proibição escusável e erro de proibição inescusável.....	664
2.1.1 Erro de proibição escusável/inevitável/invencível (Código Penal, art. 21, <i>caput</i> , 2.ª parte)	664
2.1.2 Erro de proibição inescusável/evitável/vencível (Código Penal, art. 21, <i>caput</i> , 3.ª parte, e parágrafo único)	664
2.2 Erro de proibição direto, erro de proibição mandamental e erro de proibição indireto	665
2.2.1 Erro de proibição direto	665
2.2.2 Erro de proibição mandamental	665
2.2.3 Erro de proibição indireto.....	665
3. Erro de tipo permissivo e discriminantes putativas (Código Penal, art. 20, § 1.º)	666
4. Erro provocado (Código Penal, art. 20, § 2.º).....	669
5. Crime putativo	670
Seção III – Erro no direito penal militar	672
1. Generalidades	672
2. Erro de fato (Código Penal Militar, art. 36, <i>caput</i> , e § 1.º)	672
3. Erro de direito e erro de proibição (Código Penal Militar, art. 35; Código Penal, art. 21)	675
4. Erro sobre a pessoa (Código Penal Militar, art. 37, <i>caput</i>).....	679
5. Erro provocado (Código Penal Militar, art. 36, § 2.º).....	680
6. <i>Aberratio ictus</i> e <i>aberratio delicti/criminis</i> (Código Penal Militar, art. 37)	680
7. <i>Aberratio causae</i> e <i>error in objecto</i>	681
8. Crime militar putativo	681
9. Outras espécies de erro.....	685

9.1	Erro de compreensão.....	685
9.1.1	Consciência dissidente	686
9.1.2	Erro de proibição culturalmente condicionado	691
9.2	Erro de subsunção	700
9.2.1	Generalidades	700
9.2.2	Erro de subsunção e crime putativo por erro de tipo.....	702
9.2.3	Erro de subsunção e erro de proibição.....	703
9.2.4	Erro de subsunção e transgressão disciplinar.....	709
9.3	Erro de punibilidade.....	711
CAPÍTULO V – <i>Iter criminis</i>		714
Seção I – Generalidades.....		714
1.	Direito penal militar <i>versus</i> direito penal comum	714
2.	Conceito e fases do <i>iter criminis</i>	714
2.1	Primeira fase – cogitação, <i>cogitatio</i>	715
2.2	Segunda fase – preparação, atos preparatórios, fase preparatória.....	716
2.3	Terceira fase – execução, atos executórios/executivos, fase executória/ executiva (Código Penal Militar, art. 30, II).....	716
2.4	Quarta fase – consumação, fase consumativa.....	717
Seção II – Tentativa ou <i>conatus</i> (Código Penal Militar, art. 30, II, e parágrafo único).....		719
1.	Generalidades	719
2.	Espécies de tentativa	722
• 2.1	Tentativa imperfeita ou inacabada.....	722
2.2	Tentativa perfeita, acabada ou frustrada (crime falho).....	722
2.3	Tentativa cruenta.....	722
2.4	Tentativa branca ou incruenta.....	722
2.5	Tentativa inidônea (quase crime)	722
2.6	Tentativa abandonada ou qualificada.....	723
3.	Crimes que não admitem a tentativa	723
3.1	Crimes culposos e crimes preterdolosos	723
3.2	Crimes habituais	723
3.3	Crimes omissivos puros/próprios.....	723
3.4	Crimes de atentado ou de empreendimento	724
3.5	Crimes permanentes na forma omissiva	724
3.6	Crimes unissubsistentes.....	724
4.	Punibilidade da tentativa.....	724

Seção III – Desistência voluntária e arrependimento eficaz (Código Penal Militar, art. 31).....	727
1. Desistência voluntária.....	727
2. Arrependimento eficaz.....	730
3. Natureza jurídica.....	731
Seção IV – Crime impossível (Código Penal Militar, art. 32).....	733
1. Generalidades.....	733
2. Crime impossível por ineficácia absoluta do meio.....	734
3. Crime impossível por impropriedade absoluta do objeto.....	735
Seção V – Arrependimento posterior (Código Penal, art. 16).....	736
CAPÍTULO VI – Concurso de pessoas.....	740
Seção I – Generalidades.....	740
1. Direito penal militar <i>versus</i> direito penal comum.....	740
2. Conceito e teorias do concurso de pessoas e dicotomia entre crimes de concurso eventual e crimes de concurso necessário.....	741
3. Autoria (Código Penal Militar, art. 53, <i>caput</i>).....	742
4. Coautoria (Código Penal Militar, art. 53, <i>caput</i> , e § 1.º, primeira parte)...	745
5. Participação (Código Penal Militar, art. 53, § 3.º).....	747
6. Incomunicabilidade das circunstâncias e das condições de caráter pessoal do agente e comunicabilidade das elementares de caráter pessoal do agente (Código Penal Militar, art. 53, § 1.º, <i>in fine</i>).....	749
6.1 Incomunicabilidade das circunstâncias e das condições de caráter pessoal do agente.....	750
6.2 Comunicabilidade das elementares de caráter pessoal do agente.....	752
6.2.1 Generalidades.....	752
6.2.2 Concurso entre civil e militar nos crimes militares próprios....	754
7. Impunibilidade (Código Penal Militar, art. 54).....	755
7.1 Generalidades.....	755
7.2 “Impunibilidade” decorrente de atipicidade.....	757
7.3 “Impunibilidade” decorrente de causa de justificação.....	758
Seção II – Cooperação dolosamente distinta (Código Penal, art. 29, § 2.º).....	760
Seção III – Cabeças (Código Penal Militar, art. 53, §§ 4.º e 5.º).....	765
1. Generalidades.....	765
2. Crimes de autoria coletiva necessária (Código Penal Militar, art. 53, §4.º)...	765

3. Crimes de concurso eventual (Código Penal Militar, art. 53, § 5.º)	767
CAPÍTULO VII – Ação penal militar	769
Seção I – Generalidades.....	769
Seção II – Espécies de ação penal militar.....	774
1. Da inexistência de ação penal militar condicionada à representação e de ação penal militar de iniciativa privada exclusiva.....	774
2. Ação penal militar pública incondicionada.....	776
3. Ação penal militar pública condicionada à requisição do Governo Federal.....	776
3.1 Requisição do Ministro da Defesa.....	777
3.2 Requisição do Ministro da Justiça	779
3.3 Requisição do Presidente da República	779
4. Ação penal militar privada subsidiária da pública.....	780
Seção III – Princípios da ação penal militar	787
1. Oficialidade (Constituição Federal de 1988, arts. 128, I, c, II, e 129, I; Código de Processo Penal Militar, art. 29; Lei Complementar 75/1993, art. 116, I)	787
2. Oficiosidade (Código de Processo Penal Militar, arts. 30 e 31, <i>a contrario sensu</i>).....	788
3. Obrigatoriedade (Código de Processo Penal Militar, art. 30)	788
4. Indisponibilidade (Código de Processo Penal Militar, art. 32)	789
5. Divisibilidade	790
6. Intranscendência (Constituição Federal de 1988, art. 5.º, XLV).....	791
Seção IV – Condições gerais da ação penal militar	792
1. Interesse de agir (Constituição Federal de 1988, art. 5.º, LIII).....	793
1.1 Interesse-necessidade	793
1.2 Interesse-utilidade	793
1.3 Interesse-adequação	794
2. Possibilidade jurídica do pedido (Código de Processo Penal Militar, art. 77, e).....	794
3. Legitimidade <i>ad causam</i> (Constituição Federal de 1988, art. 129, I; Código Penal Militar, art. 121; Código de Processo Penal Militar, art. 29)	795
3.1 Legitimidade ativa <i>ad causam</i>	795

3.2. Legitimidade passiva <i>ad causam</i>	795
4. Justa causa (Código de Processo Penal Militar, arts. 30 e 77, f)	796
Seção V – Rejeição da ação penal militar (Código de Processo Penal Militar, art. 78).....	798
1. Generalidades	798
2. Inépcia e falta de justa causa em sentido estrito (Código de Processo Penal Militar, art. 78, a).....	800
2.1 Generalidades.....	800
2.2 Inépcia.....	800
2.3 Falta de justa causa em sentido estrito.....	802
3. Falta de justa causa em sentido amplo (atipicidade penal militar) e falta de pressuposto processual subjetivo quanto ao juízo (incompetência absoluta material) (Código de Processo Penal Militar, art. 78, b)	803
3.1 Generalidades.....	803
3.2 Falta de justa causa em sentido amplo (atipicidade penal militar) ...	804
3.3 Falta de pressuposto processual subjetivo quanto ao juízo (incompetência absoluta material).....	812
4. Falta de justa causa em sentido amplo (impunibilidade) (Código de Processo Penal Militar, art. 78, c).....	813
5. Falta de pressuposto processual subjetivo quanto ao juízo (incompetência absoluta pessoal e incompetência relativa) (Código de Processo Penal Militar, art. 78, d, 1.ª parte)	813
6. Ilegitimidade ativa <i>ad causam</i> (Código de Processo Penal Militar, art. 78, d, <i>in fine</i>)	815
7. Ilegitimidade passiva <i>ad causam</i> (Código de Processo Penal, art. 395, II, <i>in fine</i> , c/c art. 3.º, a, do Código de Processo Penal Militar)	816
8. Ausência de condição de procedibilidade (Código de Processo Penal, art. 395, II, c/c arts. 3.º, a, e 31 do Código de Processo Penal Militar; Código de Processo Penal Militar, arts. 457, § 3.º, e 464, § 2.º; Código Penal Militar, art. 122; Lei de Organização Judiciária Militar da União, art. 95, parágrafo único)	816
8.1 Requisição do Governo Federal.....	816
8.2 Deserção e insubmissão	817
9. Falta de pressuposto processual objetivo (litispendência e coisa julgada) (Código de Processo Penal, art. 395, I, 1.ª parte, Código de Processo Penal Militar, arts. 148 a 155)	817
Seção VI – A tutela extrapenal dos bens jurídicos castrenses	818
1. Crítica à “proteção jurídico-penal” pela justiça militar.....	818
2. Ação por ato de improbidade administrativa (Lei 8.429/1992)	822

Título V
As consequências jurídicas do delito militar

Ricardo Freitas

CAPÍTULO I – Introdução.....	829
CAPÍTULO II – O conceito de pena	830
CAPÍTULO III – A finalidade da pena no direito penal militar: o Código Penal Militar e as doutrinas dos fins da pena.....	834
1. Introdução: as doutrinas dos fins da pena na perspectiva do direito penal militar.....	834
2. Doutrinas absolutas da pena.....	838
2.1 Doutrina da retribuição divina	839
2.2 Doutrina da retribuição vindicativa.....	840
2.3 Doutrina da retribuição expiatória.....	840
2.4 Doutrina da retribuição ética	841
2.5 Doutrina da retribuição jurídica.....	842
3. Doutrinas relativas da pena.....	842
3.1 Doutrina da prevenção especial negativa	842
3.2 Doutrina da prevenção especial positiva	843
3.3 Doutrina da prevenção geral negativa	843
3.4 Doutrina da prevenção geral positiva	844
3.5 Doutrinas unitárias ou mistas da pena	844
CAPÍTULO IV – Espécies de pena no direito penal militar brasileiro.....	845
1. Classificação das penas no direito penal militar	845
2. As penas no direito penal militar brasileiro.....	849
2.1 A pena capital no direito penal militar brasileiro.....	849
2.2 As penas privativas de liberdade.....	854
2.2.1 As penas de reclusão e detenção	857
2.2.1.1 Distinção entre reclusão e detenção.....	857
2.2.1.2 A execução das penas de reclusão e detenção	858
2.2.2 A pena de prisão.....	865
3. A pena de impedimento	866
4. A pena de suspensão do exercício de posto, graduação, cargo ou função.....	867
5. A pena de reforma.....	871
CAPÍTULO V – A aplicação da pena privativa de liberdade.....	871
1. As circunstâncias judiciais	873

1.1	A gravidade do crime praticado.....	874
1.2	A personalidade do réu.....	875
1.3	Intensidade do dolo ou grau de culpa.....	876
1.4	A maior extensão do dano ou perigo de dano.....	877
1.5	Os meios empregados na prática do delito.....	878
1.6	O modo de execução do crime.....	878
1.7	Os motivos determinantes do crime.....	878
1.8	As circunstâncias de tempo e lugar do crime.....	879
1.9	Os antecedentes do crime.....	879
1.10	A atitude de insensibilidade, indiferença ou arrependimento do agente.....	880
2.	As circunstâncias legais: as agravantes e as atenuantes genéricas.....	881
2.1	As agravantes genéricas.....	882
2.1.1	A reincidência (art. 70, I, Código Penal Militar).....	884
2.1.2	Ter o agente cometido o crime por motivo fútil ou torpe (art. 70, II, <i>a</i> , Código Penal Militar).....	886
2.1.3	Ter o agente cometido o crime para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime (art. 70, II, <i>b</i> , Código Penal Militar).....	889
2.1.4	Depois de embriagar-se, salvo se a embriaguez decorre de caso fortuito, engano ou força maior (art. 70, II, <i>c</i> , Código Penal Militar).....	890
2.1.5	À traição, de emboscada, com surpresa, ou mediante outro recurso insidioso que dificultou ou tornou impossível a defesa da vítima (art. 70, II, <i>d</i> , Código Penal Militar).....	891
2.1.6	Com emprego de veneno, asfixia, tortura, fogo, explosivo, ou qualquer outro meio dissimulado ou cruel, ou de que podia resultar perigo comum (art. 70, II, <i>e</i> , do Código Penal Militar).....	893
2.1.7	Contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge (art. 70, II, <i>f</i> , do Código Penal Militar).....	894
2.1.8	Com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão (art. 70, II, <i>g</i> , do Código Penal Militar).....	894
2.1.9	Contra criança, velho ou enfermo (art. 70, II, <i>h</i> , do Código Penal Militar).....	895
2.1.10	Quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade (art. 70, II, <i>i</i> , do Código Penal Militar).....	896

2.1.11 Em ocasião de incêndio, naufrágio, encalhe, alagamento, inundação, ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido (art. 70, II, <i>j</i> , do Código Penal Militar).....	896
2.1.12 Estando de serviço (art. 70, II, <i>l</i> , do Código Penal Militar)....	896
2.1.13 Com emprego de arma, material ou instrumento de serviço, para esse fim procurado (art. 70, II, <i>m</i> , do Código Penal Militar).....	897
2.1.14 Em auditório da Justiça Militar ou local onde tenha sede a sua administração (art. 70, II, <i>n</i> , do Código Penal Militar)	897
2.1.15 Em país estrangeiro (art. 70, <i>o</i> , do Código Penal Militar)	898
2.2. As atenuantes genéricas	898
2.2.1 Ser o agente menor de 21 (vinte e um) anos ou maior de 70 (setenta) anos (art. 72, I, do Código Penal Militar)	899
2.2.2 Ser meritório seu comportamento anterior (art. 72, II, do Código Penal Militar).....	899
2.2.3 Ter o agente cometido o crime por motivo de relevante valor social ou moral (art. 72, III, <i>a</i> , do Código Penal Militar)	900
2.2.4 Ter o agente procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências, ou ter, antes do julgamento, reparado o dano (art. 72, III, <i>b</i> , do Código Penal Militar)	900
2.2.5 Ter o agente cometido o crime sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima (art. 72, III, <i>c</i> , do Código Penal Militar)	901
2.2.6 Ter o agente confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime, ignorada ou imputada a outrem (art. 72, III, <i>d</i> , do Código Penal Militar).....	901
2.2.7 Sofrido tratamento com rigor não permitido em lei (art. 72, III, <i>e</i> , do Código Penal Militar)	902
2.3 Atenuantes inominadas.....	903
2.4 Concurso de agravantes e atenuantes genéricas	903
3. As causas de aumento e de diminuição da pena	904
4. Criminoso habitual ou por tendência.....	906
CAPÍTULO VI – Concurso de crimes	906
1. Concurso material.....	907
2. Concurso formal.....	908
3. Crime continuado	910

CAPÍTULO VII – A suspensão condicional da pena (<i>sursis</i>)	915
CAPÍTULO VIII – O livramento condicional	921
Capítulo IX – As penas acessórias.....	925
1. Perda de posto e patente	926
2. Indignidade para o oficialato	927
3. Incompatibilidade com o oficialato	929
4. Exclusão das Forças Armadas.....	929
5. Perda da função pública	930
6. Inabilitação para o exercício de função pública	930
7. Suspensão do pátrio poder, tutela ou curatela.....	931
8. Suspensão dos direitos políticos.....	931
CAPÍTULO X – Os efeitos da condenação.....	932
1. Obrigação de reparar o dano resultante do crime	932
2. Confisco em favor da Fazenda Nacional.....	932
CAPÍTULO XI – As medidas de segurança	933

TÍTULO VI EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE

Adriano Alves-Marreiros

CAPÍTULO I – Extinção de punibilidade	941
1. Generalidades.....	941
2. Algumas nuances da extinção de punibilidade no Código Penal Militar	941
3. Conceitos essenciais ao estudo da extinção de punibilidade	956
3.1 Morte do agente.....	956
3.2 Anistia ou indulto.....	957
3.3 Retroatividade da lei	958
3.4 Prescrição	958
3.5 Causas que não estão no rol do artigo 123	958
4. Análise comparativa: Código Penal Comum e Código Penal Militar	959

PARTE ESPECIAL

Título VII

Parte Especial

Adriano Alves-Marreiros

CAPÍTULO I – Generalidades	975
LIVRO I – DOS CRIMES MILITARES EM TEMPO DE PAZ	979
CAPÍTULO II – Dos crimes contra a segurança externa do país.....	979
1. Generalidades	979
2. Hostilidade contra país estrangeiro	982
3. Provocação a país estrangeiro	983
4. Ato de jurisdição indevida	984
5. Violação de território estrangeiro	985
6. Entendimento para empenhar o Brasil à neutralidade ou à guerra	988
7. Entendimento para gerar conflito ou divergência com o Brasil	989
8. Tentativa contra a soberania do Brasil	990
8.1 Consecução de notícia, informação ou documento para fim de es- pionagem.....	991
9. Revelação de notícia, informação ou documento	993
10. Turbação de objeto ou documento	995
11. Penetração com o fim de espionagem	996
12. Desenho ou levantamento de plano ou planta de local militar ou de engenho • de guerra	998
13. Sobrevoos em local interdito	999
CAPÍTULO III – Dos crimes contra a autoridade ou disciplina militar	1000
1. Sobre bombeiros, militares e garantias à Liberdade: Hierarquia e Disciplina como garantias individuais e para a Sociedade	1000
2. Das elementares ectoplásmicas.....	1002
3. Do motim e da revolta. Arts. 149 a 153.....	1003
3.1 Motim e revolta.....	1003
3.1.1 Organização de grupo para a prática de violência.....	1005
3.1.2 Omissão de lealdade militar	1006
3.1.3 Conspiração	1008
4. Da aliciação e do incitamento. Arts. 154 a 156.....	1009
4.1 Aliciação para motim ou revolta e incitamento.....	1009

4.2	Apologia de fato criminoso ou do seu autor	1011
5.	Da violência contra superior ou militar de serviço. Arts. 157 a 159.....	1013
5.1	Violência contra superior	1013
5.1.1	Inconstitucionalidade da vedação do sursis:	1014
5.1.2	Voltando ao geral	1014
5.1.3	Voltando e concluindo.....	1016
5.2	Violência contra militar de serviço.....	1017
5.3	Ausência de dolo no resultado	1018
6.	Do desrespeito a superior e a símbolo nacional ou a farda. Arts. 160 a 162	1019
6.1	Desrespeito a superior.....	1019
6.2	Desrespeito a símbolo nacional	1021
6.3	Despojamento desprezível.....	1024
7.	Da insubordinação. Arts. 163 a 166	1024
7.1	Recusa de obediência	1025
7.1.1	A desobediência à ordem ilegal como cobertura para movimento paredista	1026
7.2	Oposição a ordem de sentinela	1027
7.3	Reunião ilícita.....	1028
7.3.1	A falácia da “criminalização dos movimentos sociais”	1030
7.4	Voltando ao tipo penal	1031
7.5	Publicação ou crítica indevida	1032
7.6	Sobre greves e associações de caráter sindical e críticas no contexto de movimentos paredistas	1034
8.	Da usurpação e do excesso ou abuso de autoridade. Arts. 167 a 176.....	1035
8.1	Assunção de comando sem ordem ou autorização	1036
8.2	Conservação ilegal de comando	1037
8.3	Operação militar sem ordem superior.....	1038
8.3.1	Ações de militares estaduais	1039
8.4	Ordem arbitrária de invasão.....	1040
8.5	Uso indevido por militar de uniforme, distintivo ou insígnia; e art.172: uso indevido de uniforme, distintivo ou insígnia militar por qualquer pessoa	1042
8.5.1	Precisa enganar?	1043
8.5.2	Sobre festa à fantasia, escola de samba e o Ministro que não é o Tom.....	1044
8.6	Abuso de requisição militar.....	1044
8.6.1	Norma penal em branco.....	1045

8.7	Rigor excessivo	1046
8.7.1	Punição absurdamente desproporcional.....	1047
8.7.2	Finalmente	1048
8.8	Violência contra inferior.....	1048
8.8.1	Tratamento diferente dado à violência contra inferior e superior: como dissemos acima	1048
8.8.2	Sobre o tipo penal	1049
8.8.3	Novamente: o estímulo ao “Te pego lá fora”.....	1050
8.8.4	Ofensa aviltante a inferior.....	1051
9.	Da resistência. Art. 177.....	1052
9.1	Art. 177: resistência mediante ameaça ou violência.....	1052
9.1.1	Os famigerados autos de resistência	1054
10.	Da fuga, evasão, arrebatamento e amotinamento de presos. Arts. 178 a 182	1055
10.1	Evasão de preso ou internado	1055
10.2	Amotinamento.....	1057
	CAPÍTULO IV – Dos Crimes Contra o Serviço Militar e o Dever Militar.....	1059
1.	Da insubmissão. Arts. 183 a 186.....	1059
1.1	Insubmissão.....	1060
1.2	Crime de natureza híbrida: mistura de penal, processual e administrativo. Outros aspectos sobre o crime.....	1063
1.3	Coautoria e participação em insubmissão?.....	1078
1.4	Criação ou simulação de incapacidade física.....	1078
• 1.5	Substituição de convocado	1080
1.6	Favorecimento a convocado	1081
2.	Da deserção. Arts. 187 a 194.....	1084
2.1	Deserção e suas modalidades e nuances: artigos 187 a 194	1084
2.1.1	Pequeno histórico.....	1084
2.1.2	Bens jurídicos tutelados pela deserção.....	1095
2.1.3	Deserção pelos militares estaduais e distritais.....	1095
2.1.4	Sobre uma suposta inconstitucionalidade da pena do crime de deserção.....	1095
2.1.5	Consumação (tempo de paz).....	1098
2.1.6	Sobre a natureza de crime instantâneo de efeitos permanente... ..	1100
2.1.7	Sobre o livramento condicional do desertor	1104
2.1.8	A constitucionalidade da vedação ao <i>sursis</i> na deserção	1105

2.2	Modalidades de deserção.....	1107
2.2.1	Deserção de Oficial.....	1107
2.2.2	Deserção de praça com estabilidade.....	1109
2.2.3	Deserção de praça sem estabilidade.....	1111
2.3	Deserção e o tempo máximo do serviço militar.....	1123
2.4	A questão do arrimo de família.....	1124
2.5	Erro na data de lavratura do termo de deserção.....	1125
2.6	Tentativa no crime de deserção.....	1132
3.	Do abandono de posto e de outros crimes em serviço. Arts. 195 a 203.....	1132
3.1	Abandono de posto.....	1132
3.2	Diferenciando posto e local de serviço.....	1134
3.3	Sobre quem abandona o posto e acaba desertando.....	1135
3.4	Faltar ao serviço.....	1135
3.5	Descumprimento de missão.....	1136
3.6	Retenção indevida.....	1136
3.7	Omissão de eficiência da força.....	1137
3.8	Omissão de providências para evitar danos.....	1140
3.9	Omissão de providências para salvar comandados.....	1141
3.10	Omissão de socorro.....	1142
3.11	Embriaguez em serviço.....	1143
3.11.1	Sobre a expressão “em serviço”.....	1144
3.11.2	Sobre o conceito de embriaguez para os fins deste tipo penal....	1145
3.11.3	Finalizando.....	1148
3.12	Dormir em serviço.....	1148
3.12.1	Resolver aqui dentro... ..	1150
3.12.2	Finalizando.....	1150
4.	Do exercício de comércio. Art. 204.....	1151
4.1	Exercício de comércio por oficial.....	1151
4.2	Habitualidade.....	1153
4.3	Finalizando.....	1153
	CAPÍTULO V – Dos crimes contra a pessoa.....	1154
1.	Do Homicídio.....	1154
1.1	Homicídio doloso e culposo.....	1154
1.2	Provocação direta ou auxílio a suicídio.....	1159
1.3	Do genocídio. Art. 208.....	1161
2.	Da lesão corporal e da rixa. Arts. 209 a 211.....	1164

2.1	Lesão corporal dolosa e culposa	1164
2.1.1	Lesão grave por resultar em aceleração de parto ou aborto ...	1165
2.1.2	Crime preterdoloso: o CPM não se restringe à lesão corporal seguida de morte	1166
2.1.3	Lesões recíprocas.....	1167
2.1.4	Lesão levíssima: a Regra dos 6 passos e outros aspectos.....	1168
2.1.5	Sobre a desclassificação decorrente do § 6º	1170
2.1.6	O julgador PODE ou DEVE considerar como disciplinar?....	1173
2.1.7	Sobre a lesão levíssima e os crimes culposos.....	1174
2.1.8	Lesões recíprocas, relevante valor social, violenta emoção	1176
2.1.9	Lesões em várias pessoas e considerações finais.....	1177
3.	Da periclituação da vida ou da saúde. Arts. 212 a 213	1177
3.1	Abandono de pessoa.....	1178
3.2	Maus-tratos.....	1178
4.	Dos crimes contra a honra. Arts. 214 a 221	1180
4.1	Negativa da exceção da verdade: “Princípio da Intocabilidade?”.....	1182
4.2	Ofensa às forças armadas.....	1185
4.2.1	Se admitirmos a constitucionalidade e a aplicabilidade do artigo.....	1185
4.2.2	Artigo inaplicável e não recepcionado pela Constituição Cidadã.....	1185
4.3	Sobre as instituições militares estaduais e distrital.....	1188
5.	Dos crimes contra a Liberdade.....	1189
5.1	Dos crimes contra a Liberdade individual. Arts. 222 a 225	1189
5.2	Revogação pela Lei da Tortura.....	1190
5.3	Transplante de órgãos.....	1191
5.4	Desafio para duelo	1193
6.	Do crime contra a inviolabilidade do domicílio. Art. 226	1194
6.1	Violação de domicílio.....	1194
6.2	Dos crimes contra a inviolabilidade de correspondência ou comunicação. Art. 227	1196
6.3	Dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos de caráter particular. Arts. 228 a 231	1198
6.3.1	Violação de recato	1198
6.3.2	Lobo em pele de cordeiro?.....	1199
6.3.3	Direito Militar e Lei Carolina Dieckmann.....	1200
6.3.4	Finalizando.....	1204

7.	Dos crimes sexuais. Arts. 232 a 237.....	1205
7.1	A Lei 12.015/2009 e o CPM.....	1205
7.2	Art. 232: estupro.....	1206
7.3	Atentado violento ao pudor.....	1208
7.4	Corrupção de menores.....	1209
7.5	Pederastia ou outro ato de libidinagem	1210
7.5.1	A falácia da inconstitucionalidade e do preconceito do tipo penal	1214
7.5.2	Homossexual ou não	1216
7.6	Presunção de violência.....	1217
7.7	Modificação no Código Penal Militar.....	1219
8.	Do ultraje público ao pudor. Arts. 238 a 239.....	1220
	CAPÍTULO VI – Dos crimes contra o patrimônio.....	1222
1.	Generalidades	1222
1.1	Princípio da insignificância positivado no Código Penal Militar	1222
1.2	Vinculação ao salário mínimo: constitucional!	1224
1.3	Da substituição da pena de reclusão pela pena de detenção	1229
2.	O juiz pode considerar transgressão.....	1230
2.1	Só um décimo do salário mínimo?.....	1233
2.2	Caso se entenda que o limite de um décimo do salário mínimo é inaplicável	1234
2.3	O parágrafo seguinte (240, § 2.º). Atenuação?	1235
3.	Do furto. Arts. 240 a 241	1236
3.1	Furto simples.....	1236
3.1.1	TV a cabo é energia!	1237
3.2	Furto qualificado.....	1240
3.3	Furto de uso.....	1242
3.3.1	Fungível ou não fungível.....	1242
3.3.2	Multa e representação.....	1243
3.3.3	Se não chega a ser reposta é furto simples. E a tentativa?.....	1243
3.3.4	Veículo motorizado, animal de sela ou tiro. Deveria incluir arma?.....	1243
3.3.5	Furto de uso no Direito Penal comum. Reflexos no CPM?....	1244
3.3.6	Sobre o conceito de uso momentâneo.....	1246
4.	Do roubo e da extorsão. Arts. 242 a 247.....	1246
4.1	Roubo	1246

4.1.1	Roubo simples: Código Penal comum é mais abrangente.....	1246
4.1.2	Roubo qualificado: hipóteses a mais e a menos no Código Penal Militar. O latrocínio e o roubo seguido de morte	1248
4.2	Extorsão simples	1250
4.2.1	Código Penal Militar: formas qualificadas	1251
4.2.2	Extorsão mediante sequestro.....	1252
4.2.3	Chantagem	1255
4.2.4	Extorsão indireta	1256
5.	Da apropriação indébita. Arts. 248 a 250	1257
5.1	Saques de vencimentos e pensões após a morte	1259
5.1.1	Do estelionato e outras fraudes	1261
5.1.1.1	Art. 251: estelionato	1261
5.1.1.2	Abuso de pessoa.....	1268
5.1.2	Da receptação	1268
5.1.2.1	Art. 254: receptação.....	1268
5.1.3	Da usurpação	1270
5.1.4	Do dano	1271
5.1.4.1	Art. 259: dano simples	1272
5.1.4.2	Art. 261: dano qualificado.....	1273
5.1.4.3	Art. 262: dano em material ou aparelhamento de guerra	1274
5.1.4.4	Dano em navio de guerra ou mercante em serviço militar.....	1275
5.1.4.5	Art. 264: dano em aparelhos e instalações de aviação e navais, e em estabelecimentos militares.....	1276
5.1.4.6	Art. 265: desaparecimento, consunção ou extravio ..	1277
5.1.4.7	Art. 266: modalidades culposas.....	1278
5.1.5	Da usura	1278
5.2	Dos crimes contra a incolumidade pública.....	1280
5.2.1	Dos crimes de perigo comum.....	1281
5.2.1.1	Crimes ao volante	1288
5.2.2	Dos crimes contra os meios de transporte e de comunicação.....	1291
5.2.3	Dos crimes contra a saúde	1298
5.2.3.1	Tráfico, posse ou uso de entorpecente ou substância de efeito similar.....	1299
5.2.3.1.1	Sobre a aplicação da chamada “Lei dos Crimes Hediondos” nos crimes militares.....	1299

5.2.3.1.2	Sobre suposta injustiça com o usuário e brandura com o traficante e origens do artigo.....	1301
5.2.3.1.3	Não se aplica o princípio da insignificância nem a Lei 11.343/2006 aos crimes militares.....	1303
5.2.3.1.4	Projeto de lei que propõe modificação no artigo.....	1306
5.2.3.2	Receita ilegal.....	1309
5.3	Crimes contra a administração militar	1317
5.3.1	Sobre a aplicação do princípio da insignificância nos crimes deste título.....	1322
5.3.2	Do desacato e da desobediência.....	1324
5.3.2.1	Art. 298: desacato a superior.....	1324
5.3.2.2	Art. 299: desacato a militar.....	1326
5.3.2.3	Art. 300: desacato a assemelhado ou funcionário	1327
5.3.2.4	Art. 301: desobediência	1327
5.3.2.5	Art. 301: ingresso clandestino.....	1328
5.3.3	Do peculato.....	1328
5.3.4	Da concussão, do excesso de exação e do desvio.....	1335
5.3.5	Da corrupção.....	1337
5.3.6	Da falsidade.....	1340
5.3.6.1	Art. 311: falsificação de documento.....	1341
5.3.6.2	Art. 312: falsidade ideológica.....	1344
5.3.6.3	Art. 314: certidão ou atestado ideologicamente falso ...	1345
5.3.6.4	Art. 315: uso de documento falso.....	1346
5.3.6.5	Art. 316: supressão de documento	1346
5.3.6.6	Art. 317: uso de documento pessoal alheio	1347
5.3.6.7	Art. 318: falsa identidade.....	1348
5.3.7	Dos crimes contra o dever funcional.....	1348
5.3.7.1	Artigos 327, 328, 339 e a Lei de Licitações.....	1348
5.3.7.2	Os outros crimes contra o dever funcional	1352
5.3.8	Dos crimes praticados por particular contra a administração militar	1367
5.3.9	Dos crimes contra a administração da justiça militar.....	1372

LIVRO II – DOS CRIMES MILITARES EM TEMPO DE GUERRA.....	1386
1. Generalidades	1386
2. Do favorecimento ao inimigo	1394
2.1 Da traição.....	1394
2.1.1 Traição	1394
2.1.2 Favor ao inimigo	1395
2.1.3 Tentativa contra a soberania do Brasil	1396
2.1.4 Art. 358: coação a comandante; e art. 359: informação ou auxílio ao inimigo	1397
2.1.5 Art. 360: aliciação de militar	1398
2.1.6 Art. 361: ato prejudicial à eficiência da tropa.....	1399
2.2 Da traição imprópria	1400
2.3 Cobardia.....	1400
2.4 Da espionagem	1402
2.5 Do motim e da revolta.....	1403
2.6 Do incitamento	1404
2.7 Da inobservância do dever militar	1405
2.8 Do dano.....	1412
2.9 Dos crimes contra a incolumidade	1413
2.10 Da insubordinação e da violência.....	1414
2.11 Do abandono de posto	1415
2.12 Da deserção e da falta de apresentação	1415
2.13 Da libertação, da evasão e do amotinamento de prisioneiros	1417
2.14 Do favorecimento culposo ao inimigo.....	1418
3. Da hostilidade e da ordem arbitrária	1418
4. Dos crimes contra a pessoa	1419
4.1 Do homicídio	1419
4.2 Do genocídio	1419
4.3 Da lesão corporal	1420
4.4 Dos crimes contra o patrimônio.....	1420
4.5 Do rapto e da violência carnal	1421
BIBLIOGRAFIA.....	1423